

## **“É POSSÍVEL EDUCAR AS CRIANÇAS NA RUA?” – PAULO FREIRE, EDUCADORES/AS E OS MENINOS E MENINAS EM SITUAÇÃO DE RUA (BRASIL – 1980)**

<https://dx.doi.org/10.18616/cart09>

Humberto da Silva Miranda

### **Apresentação**

Em julho de 1989, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) publicava a obra *Paulo Freire e os educadores de rua: uma abordagem crítica*, que, de acordo com esta instituição, tinha o objetivo de registrar e disseminar as ações por ela realizadas no enfrentamento ao problema vivido por crianças e adolescentes em situação de rua, tanto no Brasil quanto em outros países da América Latina e o Caribe. O documento anunciava o resultado do trabalho do educador pernambucano Paulo Freire, voltado para os chamados “educadores de rua”, pessoas com diferentes trajetórias escolares e acadêmicas, que atuavam nas ruas executando trabalhos socioassistenciais, artístico-culturais e educativos, destinados ao público infantojuvenil.

Essa publicação - assim como a própria contribuição de Paulo Freire nela contida -, será trabalhada neste artigo como um documento histórico que registrou a atuação do Unicef no Brasil e na América Latina, problematizando as produções discursivas sobre os “educadores de rua” e os meninos e meninas nessa situação no final da década de 1980. A partir dessa perspectiva e do objetivo em questão, perguntamo-nos: como o Unicef procurou construir o discurso sobre os/as educadores/as de ruas e as crianças e adolescentes, no período em foco?

Para responder a essa pergunta, baseamo-nos no argumento de que, além de divulgar as ações do Unicef, a preocupação desta publicação foi produzir um “instrumento pedagógico”, um “guia” para fundamentar a atuação dos chamados “educadores de rua”. O livro trazia em seu subtítulo “alternativa de atendimento aos meninos de rua”, o que sinaliza a preocupação com o atendimento em si e as formas e atribuições desses agentes sociais naquele processo de “atendimento” aos meninos e às meninas em espaços como ruas, praças e outros locais urbanos.

Ressalta-se que, desde tempos coloniais, o atendimento a crianças abandonadas em situação de rua já se apresentava de forma complexa, haja vista a própria ausência ou fragilidade das instituições de recolhimento e as limitações dos poderes públicos. De acordo com a historiadora Maria Luíza Marcílio (2006, p. 145), “[...] no Brasil colonial e durante todo Império, apenas uma parcela ínfima das crianças abandonadas foi assistida por instituições especiais”, ao passo que a maioria era amparada pelas “casas de famílias” ou morriam nas ruas, em decorrência do desamparo.

Para Maria Luíza Marcílio (2006), as primeiras instituições que passaram a atuar no atendimento às crianças abandonadas a partir do século XVIII surgiram em cidades como Salvador, Rio de Janeiro e Recife. Isso teria sido decorrência

da implantação das *Rodas dos Expostos* e dos *Recolhimentos para Meninas Pobres*, quando a assistência institucionalizada esteve com a responsabilidade das Santas Casas de Misericórdia, que atendiam de forma mais exclusiva aos bebês recém-nascidos, colocados em caixas ou jogados nas calçadas, abandonados nas ruas das cidades.

O historiador Walter Fraga Filho, em sua obra *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*, afirma que nas ruas de Salvador muitos meninos “faziam das ruas o espaço de trabalho, de divertimento, de peraltices, de jogos e brincadeiras” (Fraga Filho, 1996, p. 111). Os chamados “moleques” eram alvo constante das autoridades de controle social. E, assim como em Salvador, fazia parte também dos outros cenários urbanos brasileiros a presença deles: meninos negros, filhos de escravizados e ou ex-escravizados, que praticavam diferentes táticas para viver e sobreviver nas ruas das cidades, desenvolvendo-se sob a marca de contradições e desigualdades sociais.

O trabalho da historiadora Alcileide Cabral do Nascimento, *A sorte dos Enjeitados*, que aborda a questão do abandono dos bebês no Recife no período de 1789 e 1832, representa outra importante contribuição para os estudos da institucionalização e do enfretamento ao infanticídio naquela capital. De acordo com suas pesquisas, desde os tempos coloniais, as crianças recém-nascidas eram deixadas nas escadarias ou nas portas das igrejas, nas calçadas e nas ruas, desafiando a administração colonial, que fez inaugurar as práticas caritativas de acolhimento desses meninos e meninas abandonados nos primeiros anos de vida (Nascimento, 2008).

No decorrer deste contexto, a partir das pesquisas realizadas, percebemos como, nas primeiras décadas da República, a questão do abandono se tornou ainda mais complexa, com a produção de uma legislação exclusiva para os considerados “menores”. Diante do crescente número de meninos envolvidos no universo da mendicância, do trabalho informal e da criminalidade, os poderes públicos buscaram elaborar um instrumento de maior controle e punição sobre as crianças e suas famílias. Foi em 1927 que passou a vigorar no Brasil o primeiro Código de Menores e com ele um conjunto de normativas para atuação nas ruas e nas instituições de recolhimento (Morelli, 1996).

Salientamos, em meio à nossa discussão, que recorrer aos estudos historiográficos se justifica pela necessidade de perceber como o problema do “atendimento” às crianças em situação de rua, presente no documento publicado pelo Unicef em 1986, se volta para um problema social produzido historicamente, já seja não emergiu somente na República, e muito menos dos anos de 1980. Considero, inclusive, que esses bebês recém-nascidos, que vivenciaram a situação de rua em seus primeiros dias de vida, têm suas trajetórias marcadas pelo desamparo e o abandono; meninos e meninas considerados frutos de relações indesejadas ou das violências sexuais que marcaram e ainda marcam a cultura patriarcal. Esses bebês abandonados das ruas e nas ruas encaminhados para instituições asilares tornam-se agentes históricos que não podem ser esquecidos.

Nesse debate, também não se podem esquecer as diferentes práticas higienizadoras e disciplinadoras. O Brasil assistiu, ao longo das décadas, ao surgimento de pesquisas como o Serviço de Assistência aos Menores (SAM), em

1940, ou à Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), em 1964, que atuavam no sentido de acolher meninos e meninas em situação de rua, a partir da lógica disciplinar do controle. As crianças que eram capturadas nas ruas eram levadas às unidades de internação, por meio de operações policiais, cujo objetivo era deixar a cidade mais limpa, higienizada, e assim por diante (Miranda, 2019).

Importante registrar que a história das políticas sobre crianças e adolescentes em situação de abandono ou de pobreza é fortemente marcada pela atuação do Unicef desde os anos de 1950, que sempre esteve em parceria com os governos estabelecidos. A partir da instalação do seu primeiro escritório em João Pessoa, no estado da Paraíba, essa agência internacional buscou atuar de acordo com seus programas internacionais, buscando elaborar articulações políticas para financiar e implantar seus projetos e ações governamentais e outras instituições de atendimento.<sup>1</sup> Ressalta-se que o documento em análise foi publicado pelo Escritório Regional para América Latina e Caribe, localizado na cidade de Bogotá, capital da Colômbia, onde o livro foi impresso e distribuído, em português e espanhol. Além da Colômbia e do Brasil, outros países também participaram da publicação, dos quais destaco México e Equador, considerados pelos técnicos e técnicas do Unicef como países referenciados na execução de programas voltados a crianças e adolescentes em situação de rua.

Outra questão em destaque é a busca do Unicef por produzir parcerias com diferentes segmentos sociais e governamentais, no sentido de acompanhar os projetos, programas e políticas promovidos nesses países: “[...] recursos econômicos que deverão ser fornecidos pelos governos, organizações nacionais privadas e pela cooperação internacional de organismos como o Unicef”. Para essa agência internacional:

É necessário realizar um esforço para divulgação do material escrito e audiovisual correspondente a projetos tais como o de Coatzacoalcos, no México; os resultados obtidos conforme o modelo de atenção “República do Pequeno Vendedor”, em Belém do Pará e em Jaboatão (Recife), no Brasil; o modelo aplicado para reger renda no “Salão do Encontro”, localizado em Betim, Estado de Minas Gerais, no Brasil; o projeto de Ação Guambras, no Equador; assim como os que funcionam e foram avaliados na Colômbia, desenvolvidos por instituições do setor público e privado, estreitamente vinculado ao Unicef (UNICEF, 1989, p. 8).

Nesse processo de articulação latino-americano, o livro trazia a informação de que desde 1983 o Unicef desenvolvia ações de apoio aos governos, a igrejas, a instituições privadas e comunitárias, por meio de projetos considerados “alternativos”, que objetivavam financiar<sup>2</sup> e acompanhar a execução de atendimento

<sup>1</sup> Sobre a atuação do Unicef no Brasil, ver: Arend (2015).

<sup>2</sup> O documento não registra informações mais precisas sobre o financiamento dos projetos executados em parceria com instituições governamentais e não-governamentais. Cf. UNICEF. Paulo

às crianças e adolescentes em situação de rua. Também afirmava que, no ano de 1987, foi lançado o *Programa Regional do Menino Abandonado e de Rua*, “graças ao constante trabalho de promoção, junto aos governos e as instituições privadas de toda região, realizado pelos escritórios regionais do Unicef em diversos países” (UNICEF, 1989, p. 7).

Esse documento permite analisar, primeiramente, que o problema social dos meninos e meninas em situação de rua possuía uma dimensão continental. As pesquisas realizadas por Fúlvia Rosemberg apontam que o cenário de pobreza e diferentes formas de abandono atingia muitas crianças e adolescentes latino-americanos, principalmente, nas periferias das grandes cidades, marcadas pelo aumento da industrialização e adensamento populacional (Rosemberg, 2013). No documento *Paulo Freire e os educadores de rua: uma abordagem crítica*, afirma-se que:

A região que compreende desde o México à Patagônia, incluindo os países do Caribe, apesar de sua extensão e variedade geográfica, enfrenta como característica geral uma crise econômica e social que afeta os estratos mais vulneráveis da população, em especial, a mulher e as crianças pobres. Durante estes últimos anos, acentuou-se o êxodo urbano, incidindo dramaticamente no crescimento desordenado das periferias das grandes cidades e, em especial, nas capitais de cada país, onde se estabelecem grupos humanos na busca de melhorias e serviços básicos que mesmo antes de sua chegada já estavam sobrecarregados e eram deficitários (UNICEF, 1989, p. 7).

Nesse trecho destacado, encontra-se a tentativa de justificar o problema social a partir de fundamentos sociais e econômicos, de modo que o argumento incide sobre o crescimento econômico e sua não consonância com o desenvolvimento social, colocando as mulheres e as crianças como grupos mais vulneráveis nesse processo. Ao ressaltar a questão do êxodo urbano, as capitais dos países apresentam-se como as regiões mais afetadas pelo problema<sup>3</sup>.

O discurso produzido pelo Unicef acerca da justificativa do problema social das crianças em situação de rua, dialoga com os estudos realizados na década de 1980, daí o meu interesse de datar historicamente este diagnóstico apresentado. O trabalho realizado pela pesquisadora Fúlvia Rosemberg, intitulado *O discurso sobre a criança de rua na década de 80*, também partia de uma abordagem que priorizava questões econômicas e sociais e apontava o crescimento populacional promovida a partir do êxodo urbano e o crescimento industrial.

A *Convenção Internacional dos Direitos da Criança* estava sendo elaborada pela Organização das Nações Unidas e seria publicada em novembro de 1989. De

---

Freire e os educadores de rua: uma abordagem crítica. Bogotá: UNICEF (1989).

<sup>3</sup> Registra-se que essa afirmação não se aplica para o Brasil, haja vista que, na década de 1980, Brasília não se encontrava entre as capitais mais afetadas por esse problema. Entre as cidades que apresentavam mais problemas em relação às crianças e adolescentes, destacam-se: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Belém e Fortaleza. Ver: Miranda (2021).

acordo com os estudos da historiadora Sílvia Arend (2015), o debate e aprovação da Convenção Universal dos Direitos da Criança contou com a participação diplomática do Brasil, que também se tornou um dos países signatários. Segundo Arend, esse processo representou um desdobramento da atuação da Organização das Nações Unidas, na década de 1980, que “promoveu um longo debate entre seus estados membros e outras entidades políticas e econômicas com objetivo de produzir um documento pautado no ideário dos Direitos Humanos para a população infantojuvenil” (Arend, 2015, p. 31). Completa a pesquisadora:

Desde o início do século XX, filhos e filhas das famílias pobres foram considerados um problema social no Brasil. Todavia, em alguns momentos históricos esta questão adquiriu maior vulto e novos contornos. A sociedade brasileira, na década de 1970, passava por um intenso processo de urbanização. Populações oriundas de cidades pequenas e da zona rural migravam para os centros urbanos de médio e grande porte em busca de melhores condições de vida, entendidas, sobretudo, como possibilidade de acesso a um trabalho, mobilidade social e consumo moderno. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no início da década de 1980, o Brasil possuía 82.013.375 habitantes que viviam na zona urbana e 39.137.198 na zona rural (Arend, 2015, p. 40).

Mas quais as “alternativas” apresentadas pelo Unicef em relação ao “atendimento” aos meninos e meninas de rua? E como Paulo Freire contribuiu ou influenciou a atuação dos educadores e das educadoras? Para responder a esses questionamentos, proponho adentrarmos no debate sobre as práticas sociais e discursivas produzidas sobre os meninos e meninas de rua. Refletindo acerca desse tema, você percebe como para entender a atuação dos educadores é preciso conhecer antes as crianças e os adolescentes que eles buscavam “educar”?

### **Dos “menores de rua” aos meninos e meninas de rua: (re)conhecimentos e produções de enquadramentos**

No decorrer das pesquisas realizadas, constatei que desde o final da década de 1970 a questão das infâncias e das juventudes fazia parte da pauta política de forma mais intensa. Contribuindo com esse processo de visibilidade das políticas públicas infantojuvenis, o Unicef dedicou-se à campanha do ano internacional da juventude, em 1979. Nesse processo, diferentes ações políticas foram realizadas, chegando a mobilizar diferentes segmentos da imprensa nacional, para quem a questão do abandono, da pobreza e da violência praticada contra crianças e adolescentes havia ganhado destaque no debate nacional. Foi desse modo que a questão dos meninos e meninas em situação de rua também foi intensamente debatida.

No Brasil, o Unicef lançou, em 1983, o *Projeto Alternativas de Atendimento a Meninos de Rua*, em parceria com Secretaria de Ação Social (SAS) e a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (Funabem), que tinha como objetivo “garantir mecanismos de fortalecimento a partir de incentivos a organizações que executavam as mais diferentes propostas voltadas para meninos e meninas em situação de rua”, onde o “acompanhar e/ou monitorar se apresentava como uma forma de controle do organismo internacional em parceria com os governos militares” (Miranda, 2021, p. 208).

A partir dessa articulação, emergiu, anos depois, o *Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua*, que, de acordo com seus registros, tinha diferentes objetivos; dentre eles, o de ser “um grupo de articulação e pressão por mudanças” e de fortalecer “as lutas populares pela reconquista do direito da cidadania” dos meninos e meninas em situação de rua (MNMMR, 1985).

A emergência do *Movimento* não pode ser analisada distante do cenário de ressurgimento dos movimentos organizados por mulheres, operários e operárias, negros e negras, trabalhadores e trabalhadoras do campo, professores e professoras e diferentes defensores dos direitos humanos, que passaram a questionar políticas e legislações produzidas nos sucessivos anos de governos presididos por militares.

Analisar o discurso do *Movimento* permite-nos articular conexões diretas com a rearticulação dos movimentos sociais, no período de redemocratização política vivenciada no Brasil naquele momento. De acordo com a pesquisadora Maria Helena Versiani, “[...] uma nova conjuntura da luta por direitos foi inaugurada, com a mobilização de trabalhadores e de amplas parcelas da sociedade”, que ao questionar os governos autoritários, implantados a partir do Golpe Civil-Militar de 1964, formou “[...] uma heterogênea frente democrática pelos direitos humanos” (Versiani, 2015, p. 364).

Neste cenário de mudanças e reivindicações sociais, o *Movimento* questionava a lógica Funabem-Febem e o Código de Menores, de tal modo que o próprio conceito de “menor de rua” passou a ser colocado em questão. Foram registrados os objetivos, os princípios e a metodologia, assim como o conceito “meninos e meninas de rua” desses órgãos, afirmando ainda, nos seus “princípios norteadores”, que considerava “os meninos e meninas de rua como agentes de sua própria história, promotores de uma nova sociedade justa, fraterna e participativa, em conjunto com todos os segmentos oprimidos que hoje lutam por uma libertação” (MNMMR, 198-).

Ao analisar o discurso produzido pelo *Movimento*, a expressão “menor de rua”, bastante difundida no Brasil desde os anos finais do século XIX e, mais fortemente, a partir do Código de Menores de 1927, passava a ser questionada ou até abolida pelos integrantes do movimento. A expressão “menor de rua” foi frequentemente utilizada pelos operadores do Sistema de Justiça e pelo próprio atendimento do complexo Funabem-Febem. Estava nas legislações, mais notadamente no Código de Menores, e nos pareceres e sentenças judiciais, além de fazer parte da expressão oficial da burocracia socioassistencial e policial.

Conforme afirma a antropóloga Adriana Vianna, o “menor de rua” era aquele que, enquadrado como alguém que representava o perigo ou que poderia

tornar-se perigoso, atribuindo, portanto, à expressão “menor”, uma unidade simbólica marcada pelo aspecto correccional de prevenção, vigilância e punição. Para a pesquisadora, nesse processo, a lógica da menoridade ganhou contornos punitivistas, que fundamentaram práticas discursivas e sociais de muitas instituições de atendimento aos meninos e meninas categorizados como “menores de rua” (Vianna, 1999).

Desse processo de questionamentos e proposições, emerge um cenário efervescente de tensão entre os integrantes do *Movimento* e os representantes das instituições governamentais. De acordo com os estudos de Riccardo Lucchini (2003), esse processo foi marcado pela produção de um “sistema criança-rua”, em que a “tipologia das crianças” nessa situação sempre aparece como uma preocupação das pessoas/instituições que atuavam no “sistema”, passando a identificar a criança como um “personagem do cenário urbano”, produzindo imagens sobre os meninos e meninas.

A pesquisa sinaliza que nos anos de 1980 a expressão “menor de rua” passou a ser substituída por “crianças de rua”. A antropóloga Maria Filomena Gregori (2000), na década de 1980, defende que os chamados “meninos de rua” eram aqueles que estavam trabalhando “em biscates, esmolando, perambulando ou exercendo atividades ilícitas,” ou aquele que passava a ser identificado como as “crianças que trabalham nas ruas, mantêm vínculos familiares e frequentam escola, crianças que moram nas ruas com as famílias e crianças cujos vínculos familiares estão mais esgarçados” (Gregori, 2000, p. 20).

Chamamos a atenção também para o fato de que essa mudança do termo vem acompanhada por outra sensibilidade política, que questionava as ações higienizadoras e policiais produzidas em outros tempos. Esta forma diferente de perceber e praticar a política influenciou diversas intervenções, sendo esse processo marcado por novas preocupações, como: *Quantos estavam nas ruas? Quantos possuíam famílias? Quem eram os meninos e as meninas? Quantos dormiam ou passavam apenas uma parte do dia?*

De acordo com o trabalho de Fúlvia Rosemberg (2013), cabe ainda ressaltar que foi nesse período que as primeiras contagens de meninos e meninas passaram a ser realizadas. O resultado dessas pesquisas demonstrou que o número de meninos e meninas em situação de rua era muito mais abaixo que o noticiado pelo próprio Unicef, quando, no ano de 1981, em Nova York, chegou a afirmar, por meio do seu assessor Peter Taçon, que mais de 100 milhões de crianças viviam nas ruas (Rosemberg, 2013).

As pesquisas analisadas indicam que a contagem surpreendia inclusive o Unicef, pois os números não correspondiam às informações divulgadas. Para Fúlvia Rosemberg, as contagens foram marcadas por imprecisões estatísticas, inclusive a realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Unicef, em 1989, que apontava o número de 49,6 milhões de crianças em situação de rua no país. Para a pesquisadora, as imprecisões demonstravam a dificuldade de tipificar quem eram esses meninos e essas meninas a partir de suas práticas cotidianas e dos seus vínculos familiares (Rosemberg, 2013).

Esse processo, marcado por indefinições conceituais e imprecisões estatísticas, sinaliza como as primeiras ações e intervenções sociais foram

caracterizadas por limites e desafios de quem promovia as políticas e o atendimento aos meninos e meninas de rua. A partir dessas pesquisas, ressalta-se que tais mudanças trazem também preocupações antes não existentes, como em relação à própria trajetória identitária da criança e suas dimensões, tanto a física quanto a social, que passaram a ser consideradas, rompendo com a ideia generalista do “menor de rua”.

Os primeiros documentos produzidos pelo *Movimento* colocam em foco a participação dos meninos e meninas nos espaços de discussão política, buscando construir uma abordagem em que o termo “menor” passava a ser utilizado apenas para se referir ao Sistema de Justiça, enquanto a questão do “direito do menor” era abordada. Inclusive, o documento referente ao 1º *Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua*, realizado entre 26 e 28 de maio de 1986, em Brasília, dava destaque à opinião e às reivindicações das crianças e adolescentes acerca do direito à educação, à saúde e à segurança (MNMMR, 1985).

Foi nesse cenário que o Unicef passou a apoiar as primeiras pesquisas e projetos de intervenção no atendimento das crianças e adolescentes, destacando, inclusive, a questão de gênero. Dentre as pesquisas destacadas nesse período, encontra-se o de *Meninas da Vida*, produzida pela Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor e publicada em 1989. A investigação também tinha o objetivo de promover uma espécie de guia de orientação aos educadores e instituições de atendimento, chamando a atenção para as diferenças de gênero (Brasil, 1988).

O documento *Paulo Freire e os educadores de rua: uma abordagem crítica* buscou produzir um enfoque do conceito de “criança de rua” que passou a ser colocado em tela. De acordo com os organizadores da obra:

Essas crianças são, em sua maioria, meninos e meninas entre sete e dezessete anos, que vivem na rua trabalhando para se sustentarem e/ou para ajudar no sustento de suas famílias, que sempre são pobres demais para atender às necessidades básicas dos seus filhos. Quando estão na rua, essas crianças são efetivamente desamparadas da proteção familiar e da comunidade, tornando-se, em consequência, vulneráveis à exploração por terceiros e uma variedade de perigos físicos e morais (UNICEF, 1989, p. 10).

Ao buscar definir o documento, também produziu uma espécie de classificação dos meninos e meninas a partir do registro de possíveis práticas produzidas por eles e elas nas ruas. No documento *Paulo Freire e os educadores de rua*, a criança e/ou adolescente que vivia em situação de vulnerabilidade nos espaços urbanos passou a ser classificada/o como:

[...] prematuramente adulta e busca meios para sobreviver nas ruas, como consequência de um sistema social que a marginaliza; atua, permanentemente, em atitude de defensiva frente às pessoas, como resposta ao maltrato físico de que é o objetivo por meio que o rodeia; satisfaz suas necessidades

básicas e reais na própria rua e com o seu grupo de pares, dorme, come e trabalha; enfrenta crescentes dificuldades escolares que a leva à repetência e abandono dos estudos; desenvolve habilidades especiais que lhe permite sobreviver; é um produto de carência de afeto familiar e social o que influi negativamente no seu crescimento harmônico integral; o menino de é forte, astuto dentro do seu próprio meio (UNICEF, 1989, p. 11).

É preciso analisar essa produção discursiva a partir da historicidade do texto, que, por sua vez, traduz a forma como as pessoas que organizaram essa obra concebiam as crianças e adolescentes nessa situação. O conjunto de características e adjetivações trazia elaborado os enquadramentos acerca da identidade dos meninos e meninas. Ao enquadrá-los, passou a reproduzir imagens e representações estigmatizadoras e generalizantes.

Há de se destacar que, ao perceber a criança e o adolescente como “produto da carência e de afeto familiar”, a autoria o fazia na perspectiva de que esses meninos e meninas eram objeto dos interesses adultos, negando-lhes a condição de sujeitos de suas histórias. Contudo, ao se referir aos meninos, “astuto dentro do seu próprio meio”, o documento conferia ao menino uma condição diferenciada em relação à das meninas, invisibilizando as práticas cotidianas de resistência e/ou sobrevivência delas.

Mesmo não abordando a questão das meninas em situação de rua, o documento implicitamente fazia a “diferenciação” em relação aos meninos. No decorrer da pesquisa, foi analisada a publicação *Meninas da Vida*, produzida pela Funabem em parceria com o Unicef, com o objetivo de colocar em tela as políticas de atendimento às meninas, o que sinaliza a preocupação das gestões e da equipe técnica dessas instituições em promover o debate sobre as especificidades do atendimento a partir das diferenças de gênero (Brasil, 1988).

Essa forma de “pensar” as crianças e os adolescentes – no que tange às suas diferenças e similitudes - reflete como esse tempo de mudanças também foi marcado pelas formas tradicionais ou conservadoras de conceber as crianças e suas infâncias. Como afirma Judith Butler (2017, p. 21), “[...] os ‘enquadramentos’ produzem o reconhecimento de vidas a partir de normatividades e este ‘ser enquadrado’ passa a ser desdobramento de poder que produz ‘esquemas de inteligibilidade’”.

Contudo, ao analisar a publicação, ressaltamos as fissuras, os pontos de divergência e as diferentes perspectivas de abordagem destacadas no decorrer da sua estrutura narrativa. Observa-se que a parte assinada por Paulo Freire vai de encontro à narrativa produzida pelos técnicos do Unicef, uma vez que para o educador há diferentes meninos, em razão das diferentes trajetórias de vida.

Evitando reproduzir uma perspectiva de “cartilha de enquadramentos”, Freire rompeu com a estrutura da publicação, trazendo para debate a relação entre educador e educando e como esse educador, na “cotidianidade”, se torna um educando (Freire, 1989). *Mas, como podemos pensar essas diferentes concepções de crianças em situação de rua nesse documento publicado pelo Unicef?*

Para responder a essa pergunta, é necessário entender a trajetória de Freire e sua relação com os educadores sociais.

### **Paulo Freire e os educadores sociais de rua: entre conhecimentos e reconhecimentos**

Ao trazer no título *Paulo Freire e os educadores de rua: uma abordagem crítica*, a publicação anuncia para os prováveis leitores e leitoras a possibilidade de conhecer a relação desse pensador da educação brasileira e os educadores sociais, à luz de uma perspectiva crítica. Ao nos debruçar sobre o documento, constatamos ser ele composto por diferentes autorias e possuir uma parte intitulada *Professor Paulo Freire e os educadores de rua*. Das 33 páginas, incluindo as pré-textuais (sumário e ficha catalográfica), o texto de Freire ocupa da página 17 a 33 da coleção, ou seja, um pouco mais da metade da obra.

Na década de 1980, Paulo Freire já era reconhecido nacional e internacionalmente como um educador que produziu uma metodologia pedagógica voltada a pessoas que não tinham tido acesso à escola formal na fase infantojuvenil. Nascido em Pernambuco e tendo sua atuação política e profissional marcada pela efervescência dos anos 1960, o educador vivenciou o processo pioneiro de alfabetização de adultos, que iniciou no Nordeste e daí se expandiu para o Brasil, em meio às interdições do Golpe Civil-Militar de 1964 (Paiva, 2003).

Freire era – como ainda hoje é – considerado uma referência para educadores e educadoras, haja vista o reconhecimento de seu método de alfabetização de pessoas em situações que ultrapassam os muros das escolas tradicionais. Depois das mobilizações nacionais produzidas pelo Movimento de Cultura Popular, pelo Movimento de Educação de Base e das experiências dos Círculos de Cultura e dos Centros de Cultura do Recife, no final da década de 1950, e das experiências internacionais de alfabetização no período do exílio (décadas de 1970 e 1980), o pensador passou a ser reconhecido pela metodologia que produziu, conhecida como “método Paulo Freire”. Para a pesquisadora Vanilda Paiva, além da influência das Comunidades Eclesiais de Base (Ceb’s) e dos movimentos de cultura popular:

O método Paulo Freire para educação dos adultos, sistematizado em 1962, representa tecnicamente uma combinação original das teorias da comunicação, da didática contemporânea e da psicologia moderna. Entretanto, o método deriva diretamente de ideias pedagógicas e filosóficas mais amplas: não era uma simples técnica neutra, mas todo um sistema coerente no qual a teoria informava a prática pedagógica e seus meios (Paiva, 2003, p. 279).

Daí a justificativa de promover sua contribuição nesse processo, pois se buscava produzir uma ação mais efetiva voltada à educação do educador.<sup>4</sup> Nos finais da década de 1980, Freire já era fortemente reconhecido a partir da

---

<sup>4</sup> Importante destacar que nesse período ainda não havia sido produzida a chamada “pedagogia social de rua”, que podemos considerar como um desdobramento do que se discute neste texto. Ver: Gracianni (2009).

sua obra *Pedagogia do Oprimido*, que influenciou os movimentos de educação popular na América Latina e na África, uma vez que trazia a reflexão sobre as contradições e desigualdades sociais e educacionais (Gracianni, 2009).

A partir de sua trajetória dedicada às populações mais vulnerabilizadas e marcadas pelas desigualdades sociais e educacionais, Freire passou a representar uma referência para os educadores/educadoras sociais que atuavam no atendimento de meninos e meninas. Ressalta-se que suas ideias influenciaram a forma como os próprios educadores produziram um discurso sobre si. *Mas quem eram “educadores de rua” e por que não trazer educadoras “de rua”?*

Nesse cenário de produção de práticas sociais e discursivas, essas agentes sociais assumiram uma participação protagonista na elaboração de uma proposta alternativa, haja vista o surgimento do *Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua*, em 1985, organizado pelos/as agentes sociais diretamente envolvidos no atendimento e nas diferentes formas de assistência.

De acordo com pesquisador Walter Ferreira de Oliveira, em sua obra *Educação Social de Rua: as bases políticas e pedagógicas para uma educação popular*, nos primeiros anos de atuação coletiva – por ele considerada “fase pioneira ou romântica” – os/as educadores buscaram produzir princípios para atuar, técnicas para abordar e metodologias para atender a meninos e meninas em situação de rua. Essas metodologias tinham como princípio reconhecer a cultura deles, suas condições precárias de saúde, a educação e sua relação com o universo familiar e comunitário (Oliveira, 2004).

Importante destacar, nessa reflexão proposta pelo autor, a própria ideia da fase “romântica” como uma produção discursiva sobre a identidade do/a educador/educadora. No decorrer da pesquisa, percebemos que os finais dos anos 1980 foram efervescentes sobre o debate do “perfil do educador”. Nesse debate de reconhecimento, percebem-se as tensões e as fissuras entre os chamados “românticos” – os que atuavam no processo a partir de diferentes ideais políticos e sociais – e os dos que passavam a se preocupar com as técnicas metodológicas, pedagógicas e uma racionalização do atendimento.

O já mencionado documento publicado pela Funabem (1989), *Meninas da Vida*, já sinalizava a preocupação como os “modos de entender e de agir” em sua atuação, procurando estabelecer uma proposta de atendimento às meninas em situação de rua, ressaltando como esses agentes “não deveriam agir como psicólogos ou planejadores sociais” (Brasil, 1988, p. 14). Tal documento coloca em tela a preocupação de perceber as diferenças de gênero e, com ela, a preocupação em produzir regras para o procedimento de atendimento.

Entrecruzar tais fontes documentais - as que trazem os registros das práticas políticas de controle social - desvela um cenário marcado por tentativas de produzir uma “sociedade educativa” para além das pedagogias tradicionais, haja vista o cenário de desigualdade social e econômica vivida no final da década de 1980. Assim, como afirma o historiador Carlos Ernesto Nogueira-Ramirez (2011), a modernidade fundou uma prática na qual as práticas pedagógicas oficiais estavam atreladas às formas de controle do Estado, produzindo uma educação a serviço do controle dos governos e das suas governamentalidades.

Neste sentido, para entender o documento *Paulo Freire e os educadores de rua: uma abordagem crítica*, é preciso analisar o cenário de sua publicação e divulgação, fortemente marcado por esse movimento de conhecimento e reconhecimento produzido pelo Unicef e pelos segmentos governamentais, a exemplo da Funabem. Percebe-se que esse momento histórico foi marcado por muitas fissuras – e, por que não afirmar disputas? – que marcaram e demarcaram uma nova forma de pensar a própria criança e o/a adolescente em situação de rua.

Nesse contexto, a publicação do Unicef trazia uma característica comum às outras publicações produzidas na época, ao elaborar uma obra para divulgação de quem eram o menino e a menina e como deveriam “pensar e agir” o educador e a educadora que lhes atendia nos espaços físicos e sociais das ruas. Esse processo era marcado por uma espécie de elaboração de um guia, de uma cartilha, que tinha como objetivo estabelecer padrões de atendimento considerados por essas instituições como “ideais” no processo de assistência. Para os organizadores de *Paulo Freire e os educadores de rua: uma abordagem crítica*:

Deverão ser feitos importantes esforços para a seleção e formação de recursos humanos capazes de levar adiante e com êxito os modelos de atenção propostos, já testados e avaliados nos países promotores. Dentro desta necessidade de capacitar merece menção especial ao Educador de Rua (UNICEF, 1989, p. 8).

Esse trecho coloca em tela a preocupação de pedagogizar a atuação do educador social a partir de “modelos” de propostas de atendimento já “testadas” com êxito, o que fez a instituição produzir um movimento de mobilização em torno da chamada “capacitação” nos países em que ela atuava. Essa passagem suscita muitas discussões, uma vez que a própria ideia de “modelo” precisa ser problematizada à luz dos interesses políticos do Unicef, que, ao buscar intervir no processo, trazia consigo uma proposta considerada em si “ideal”.

Ao se debruçar sobre a contribuição de Freire, observa-se, inicialmente, que seu texto surgiu de um processo de diálogo com os próprios educadores/educadoras presentes no encontro. A narrativa produzida é marcada pelo resultado de um diálogo coletivo, no qual a fala dos educadores/educadoras de rua é destacada como ponto de partida.

Em seu texto, Freire parece concordar com as falas apresentadas, chegando a afirmar estar de acordo com 95% das exposições; contudo, chamava a atenção para a questão da relação do educando e do educador no cenário cotidiano de sua atuação, com foco na questão “autoridade”. Para Freire:

A questão é saber: que tipo de educador é esse, a serviço de quem, quais os métodos e a coerência entre o sonho político do educado, a sua utopia e os métodos de trabalho que ele usa. Agora, será que esse educador substantivamente democrático, não é também um educando? E isso é uma coisa que alguns educadores não entendem na postura teórica.

Quando afirmamos que o educador também é um educando não estamos anulando as diferenças fundamentais entre eles. O que é preciso é saber "transar" essa diferença. O autoritário é exatamente o educador que jamais se surpreende sendo educado pelo educando, dentro do processo de que os dois participam (Freire, 1989, p. 21).

Ainda utilizando a expressão "menor", Freire trouxe em seu texto aspectos relacionados à relação entre educador e educando. Ressalta-se que a expressão 'educando' aparece pela primeira vez no documento, o que representa uma nova forma de perceber os meninos e meninas em situação de rua. Esta "nova forma" está sintonizada com a ideia de humanização do atendimento por ele defendido, indicando que crianças e adolescentes deveriam ser concebidos como parceiros no decorrer do processo educativo, buscando, então, produzir uma proposta que se distanciava da ideia do "menor de rua".

Para Freire, no processo educativo vivido nas ruas, deveria romper-se com as lógicas institucionais aplicadas nos espaços tradicionais de educação, e as relações deveriam ser pautadas nas trajetórias de vida dos educadores e dos educandos. Nesse processo, outras subjetividades eram vivenciadas:

Colocar-se como pessoa, como agente, respeitando a individualidade da criança seus valores e suas expectativas. [...] Na convivência com os menores de rua, de feiras, de praças e mercados, o educador poderá propiciar condições para efetivar situações grupais autênticas onde se possa captar as expectativas, histórias de vida, valores, etc. através da real participação do menor. É necessário ouvir o menor, ouvir seus sentimentos, seu olhar, seus gestos, seu semblante, suas emoções (Freire, 1989, p. 13).

No trecho acima, Freire afirma que o atendimento se faz nas relações cotidianas entre os educadores e os educandos. Outros horizontes de possibilidades passaram a ser colocados em tela, quando foram destacadas as relações subjetivas, marcadas por uma proposta em que a mente e o corpo integravam os processos educativos. O olhar, o falar, ouvir aparecem como condições fundamentais para o processo educativo.

A análise do discurso produzido por Freire rompe com a tentativa de estabelecer padrões de atendimento, normativas sobre os modos de agir e pensar voltadas a educadores e a educadoras, afirmando que "[...] quem trabalha no campo da educação na rua, sabe uma porção de coisas que descobriu, que a rua lhes ensinou" (Freire, 1989, p. 24), ou seja, trazendo a rua não apenas como espaço de troca de saberes e de conhecimento, mas laboratório para o aprendizado do próprio educador.

Freire, nessa perspectiva, rompe com a ideia da rua como espaço de conflito, de tensão, de violência, trazendo para aquele encontro com educadores/educadoras a possibilidade da rua como um espaço de produção de conhecimento,

de novos aprendizados, produzidos a partir dos diferentes viveres. O cotidiano da rua passou a ser percebido como plural e aberto para diferentes formas de aprender e de ensinar.

O entrecruzamento da leitura do documento *Paulo Freire e os educadores de rua: uma abordagem crítica* com outras fontes documentais produzidas pelas instituições parceiras do Unicef, a exemplo da Funabem, levou-nos a perceber que, no período em foco, existiu uma mobilização voltada à produção de um controle sobre os agentes sociais que atuavam diretamente no atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua. Esse movimento buscou produzir uma governabilidade sobre os chamados educadores/educadoras de rua.

Analisando a documentação, não encontramos indícios de que Paulo Freire tenha desenvolvido uma metodologia específica para população de rua; apenas que seus pensamentos influenciaram mais notadamente os educadores/educadoras que atuavam nas organizações políticas e movimentos sociais.

Não é possível mensurar os impactos dessas mobilizações e o do emblemático encontro com Paulo Freire. Contudo, os documentos pesquisados indicam que, além das propostas do Unicef e da Funabem de formação para os educadores, o *Movimento* buscou produzir e articular suas ações educativas, fazendo emergir, anos depois, a chamada *Pedagogia Social de Rua*, advinda das experiências de pessoas que integraram o *Movimento* e se dedicaram a produzir seus estudos e pesquisas, ocupando, inclusive, espaços como universidades e centros de estudos, rompendo com diferentes barreiras sociais e institucionais, como afirma a pedagoga Maria Stela Gracianni (2009).

É importante registrar, também, que esse processo foi marcado por fissuras e questionamentos, mas que geraram a autonomia do próprio *Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua*, que, em suas linhas de ação buscou produzir centros formativos, ações de formação e de trocas pedagógicas, elaborando metodologias a partir de suas vivências. No documento *Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (origem, princípios norteadores...)*, já estava presente a proposta de “criar oportunidade de formação, treinamento e reciclagem de pessoas que trabalham diretamente com a criança” em situação de rua (MNMMR, 1985).

Entre práticas de conhecimento e reconhecimento, é possível afirmar que o enquadramento dos educadores/educadoras foi forjado no movimento dialógico entre setores governamentais e organizações políticas nacionais e internacionais, que procuraram produzir diferentes estratégias de legitimidade. O universo complexo da educação nas ruas traduz um cenário de desigualdades sociais e econômicas que meninos e meninas vivenciavam no cotidiano, quando a prática de educadores/educadoras ganhou protagonismo no bojo da tentativa de criação de uma governamentalidade de rua, e suas diferentes populações.

### **É possível educar as crianças e adolescentes nas ruas? À guisa de considerações finais**

Debruçar-me sobre os documentos que registram a atuação do Unicef na década de 1980 fez-me analisar como foram produzidas as narrativas sobre a assistência voltada às crianças e adolescentes em situação de rua. A publicação *Paulo Freire e os educadores de rua: uma abordagem crítica* se apresenta como

resultado das diferentes ações socioassistenciais destinadas às famílias em situação de pobreza, que registra, além dos projetos e programas desenvolvidos por essa organização internacional, o conceito de “menino de rua” e sua relação com o trabalho do “educador de rua”.

A obra foi organizada e publicada no momento histórico de mudanças e tensões políticas que geraram, por parte das instituições governamentais e do próprio Unicef, uma atuação marcada por práticas políticas de classificação, codificação e enquadramento desses agentes sociais. Entre estratégias de conhecimento e reconhecimento, o interesse por parte da instituição de elaborar cartilhas de orientação, destinadas aos “modos de pensar e de agir”, desdobrou-se em uma espécie de controle social sobre os educadores/educadoras e das próprias crianças e adolescentes em situação de rua.

Com o passar do tempo, os educadores/educadoras se legitimaram como referências no atendimento, uma vez que produziam diferentes modos e práticas de assistência. Eles tinham como foco a abordagem, o acompanhamento dos diferentes casos e trajetórias de vida, procurando “pedagogizar” o atendimento a partir de uma abordagem humanizadora, diferenciando-se de uma perspectiva mais de controle, de coerção. Eram homens e mulheres com diferentes formações escolares e acadêmicas, ou até sem escolaridade completa, de diferentes religiões, tendo sua maioria atingido a maioridade, ou seja, eram maiores de 18 anos (Miranda, 2021).

Os documentos analisados evidenciam como os educativos pensaram as concepções de criança e de adolescentes em situação de rua que estavam sendo produzidas na época. Foi nesse momento histórico que assistimos ao visibilizar de “outras” maneiras de atender à criança e ao adolescente em situação de rua e de os conceber, rompendo com a lógica do “menor de rua”. Os registros nos permitiram colocar na seara do debate a maneira como as estratégias de enquadramento desafiaram gestores e equipes técnicas das instituições envolvidas, mas sinalizaram que educadores/educadoras – assim como meninos/meninas – se apresentavam de forma plural em termos de identidade e diversos na maneira de atuar e de viver suas diferentes trajetórias.

Sim. Foi possível – assim como é possível – educar crianças/adolescentes em situação de rua. A História tem sinalizado que, ao romper com lógicas tradicionais de educação e de ensino, homens e mulheres, crianças e adolescentes, têm aprendido e ensinado coletivamente, gerando fissuras e possibilidades de ressignificação dos espaços físicos e sociais e mais notadamente reconstruídos conviveres.

Olhar para o passado é perceber que, frente às estratégias de enquadramentos, assistimos a movimentos de mudança que se materializaram nas táticas de sobrevivências e resistências cotidianas. À luz do conhecimento histórico, é possível afirmar que a vida é movimento e que com os movimentos da vida aprendemos que a História também pode ser protagonizada por homens e mulheres que forjaram suas trajetórias de vida nas ruas e que meninos/meninas, mesmo em diferentes situações de vulnerabilidade social, podem tornar-se protagonistas de suas trajetórias de vida.

## REFERÊNCIAS

- AREND, S. M. F. Convenção sobre os Direitos da Criança: em debate o labor infantojuvenil (1978 - 1989). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 7, n. 14, p. 29-47, 2015.
- BRASIL. **1º Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua** (Cartilha). Goiás: Editora Redentorista, 1988.
- BUTLER, J. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- FREIRE, P. **Paulo Freire e os educadores de rua**: uma abordagem crítica. Bogotá: Unicef, 1989.
- FRAGA FILHO, W. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. São Paulo: Hucitec/Edufba, 1996.
- FUNABEM - Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor. **Meninas da Vida**. Rio de Janeiro: Funabem, 1989.
- GRACIANNI, M. S. **Pedagogia Social de Rua**: análise e sistematização de uma experiência vivida. São Paulo: Vozes, 2009.
- GREGORI, M. F. **Viração**: experiências de meninos de rua. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LUCCHINI, R. A criança em situação de rua: uma realidade complexa. In: RIZINI, I. (Org.). **Vidas nas ruas**: crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis? Rio de Janeiro: PUC/Rio, 2003. p. 45-86.
- MIRANDA, H. da S. Entre chegadas e partidas: do Projeto Alternativas ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (Brasil, década de 1980). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [s.l.], v. 13, n. 25, p. 200-222, 2021.
- MIRANDA, H. da S. **Entre ruas e praças**: histórias do movimento nacional de meninos e meninas de rua. Recife: UFRPE/Liceu, 2021.
- MIRANDA, H. da S. Operação Papai Noel e as crianças em situação de rua: vivências e testemunhos de infâncias perdidas (Recife - década de 1980). **Revista Brasileira de História Oral**, [s.l.], v. 21, n. 2, p. 31- 42, 2019.
- MARCÍLIO, M. L. **História Social da Criança abandonada**. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.
- MNMMR (Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua). **Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua** (origem, princípios norteadores, objetivos, ações básicas, estrutura e organização, sede). Panfleto. Brasília, 1985.
- MORELLI, A. J. **A criança, o menor e a lei**: uma discussão em torno do atendimento infantil e da noção de inimizabilidade. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 1996.
- NASCIMENTO, A. C. do. **A sorte dos enjeitados**. São Paulo: Annablume: FINEP, 2008.
- NOGUEIRA-RAMIREZ, C. E. **Pedagogia e governamentalidade**: ou da Modernidade como uma sociedade educativa. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- OLIVEIRA, W. F. de. **Educação Social de Rua**: as bases políticas e pedagógicas para uma educação popular. Porto Alegre: Artmed, 2004.

- PAIVA, V. **História da educação popular no Brasil**: educação popular e educação de adultos. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). **Paulo Freire e os educadores de rua**: uma abordagem crítica. Bogotá: Unicef, 1989.
- ROSEMBERG, F. O discurso sobre a criança de rua na década de 80. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 87, p. 71-81, 2013.
- VIANNA, A. de R. **O mal que se adivinha**: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910–1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- VERSIANI, M. H. Constituinte de 1987/1988: a sociedade brasileira vive a democracia. *In*: QUADRAT, S. V. (Org.). **Não foi o tempo perdido**: os anos 80 em debate. Rio de Janeiro: 2015. p. 371-394.